Pensão Alimentícia no Brasil: Aspectos Jurídicos e Meios de Execução da Lei

Autor(res)

Suellen Cristina Pereira Da Silva
Felipe De Almeida Campos
Pollyanna Thays Zanetti
Eduardo Augusto Gonçalves Dahas

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

A pensão alimentícia é um direito garantido pelo ordenamento jurídico brasileiro, com o objetivo de assegurar a dignidade da pessoa humana e o bem-estar dos dependentes. Prevista na Constituição Federal e regulamentada pelo Código Civil e pelo Código de Processo Civil, essa obrigação decorre do princípio da solidariedade familiar. Sua fixação pode ocorrer judicial ou extrajudicialmente, levando-se em conta as necessidades do alimentando e as possibilidades do alimentante. Este estudo apresenta uma visão geral dos aspectos legais e processuais da pensão alimentícia no Brasil, abordando ainda os mecanismos de execução e as sanções aplicáveis ao devedor inadimplente, com o intuito de contribuir para a compreensão e a efetivação desse direito fundamental.

Objetivo

Analisar os aspectos legais e os meios de execução da pensão alimentícia no ordenamento jurídico brasileiro.

Material e Métodos

O presente estudo foi elaborado com base em uma análise doutrinária e legislativa, utilizando como principais fontes a Constituição Federal de 1988, o Código Civil (Lei nº 10.406/2002) e o Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015). Também foram consultadas jurisprudências e decisões judiciais relevantes. O trabalho adotou o método qualitativo, com abordagem descritiva e exploratória, visando esclarecer as normas que regulam a obrigação alimentar, seus beneficiários, formas de fixação e as modalidades de execução, além de destacar as consequências legais do inadimplemento.

Resultados e Discussão

Verificou-se que a legislação brasileira prevê dois principais meios de execução da pensão alimentícia: a expropriação de bens e a prisão civil. A primeira permite a penhora e leilão de bens do devedor, além do bloqueio de valores em conta bancária. A segunda, prevista no artigo 528 do CPC, autoriza a prisão por até três meses em regime fechado, com caráter coercitivo. O inadimplemento também pode acarretar restrições como inclusão em cadastros de inadimplentes e bloqueio de CNH e passaporte. A análise demonstra que o sistema jurídico busca

garantir o adimplemento da obrigação alimentar por meio de mecanismos rigorosos, refletindo a importância do direito à subsistência e à dignidade dos beneficiários.

Conclusão

A pensão alimentícia é um direito essencial, rigidamente protegido pela legislação brasileira. O estudo conclui que os mecanismos legais de execução são eficazes para garantir seu cumprimento, promovendo a justiça social e a proteção dos dependentes.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em: 29 mar. 2025.
BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em: 29 mar. 2025.
BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em: 29 mar. 2025.